

Avaliação da pós-graduação em educação: revisando contribuições elaboradas a partir dos anos 80

SANDRA M. ZÁKIA L. SOUSA

Professora da Faculdade de Educação da USP

sanzakia@usp.br

Resumo

Na área de educação tem-se um acúmulo de reflexões acerca dos procedimentos e critérios que vêm sendo utilizados pela CAPES para avaliação dos Programas de Pós-Graduação. Neste texto, a autora busca resgatar análises e proposições debatidas no Brasil, a partir dos anos 80, no âmbito da área, que podem representar uma contribuição ao debate ora em curso no Fórum Nacional de Coordenadores de Programas. São sistematizadas informações oriundas de documentos resultantes de iniciativas da ANPEd e de Seminário envolvendo as Universidades públicas paulistas, apresentando-se um mapeamento sucinto do conteúdo dos mesmos. A revisão elaborada subsidiou o levantamento de indagações que procuram articular as análises relativas à avaliação às tendências das políticas educacionais em curso no país, apontando o desafio de se construir indicadores de qualidade que se contraponham aos vigentes.

Palavras-chave: avaliação, procedimento e critérios, avaliação e políticas públicas, indicadores de qualidade.

Resumen

En el área de educación hay muchas reflexiones acerca de los procedimientos y criterios utilizados por la CAPES para evaluación de los Programas de Post-Grado. En este artículo la autora busca rescatar análisis y proposiciones debatidos en Brasil, a partir de los años 80, en el ámbito de la educación, que pueden representar una contribución a la discusión ahora en curso en el Forum Nacional de Coordinadores de Programas. Las informaciones sistematizadas provienen de documentos resultantes de iniciativas de la ANPEd y de un Seminario involucrando las Universidades públicas de São Paulo, presentándose un panorama sucinto de su contenido. La revisión elaborada ha provisto subsidios al levantamiento de indagaciones que buscan articular los análisis relativos a la evaluación con las tendencias de las políticas educacionales vigentes en el país, apuntando así el desafío de se construir indicadores de calidad que se contrapongan a los actuales,

Palabras-clave: evaluación, procedimiento y criterios, evaluación y políticas públicas, indicadores de calidad.

Abstract

In the area of Education we have accumulated reflections on the procedures and criteria that have been used by CAPES to evaluate Post-Graduate Studies Programs. This text attempts to recover analyses and proposals which have been debated in Brazil since the 1980s and which may serve as a contribution to the debate that is now being held at the National Forum of Post-Graduate Studies Coordinators. Data retrieved from documents that resulted from ANPEd initiatives and from the Seminar involving public universities in the State of

São Paulo are systematized. A succinct mapping of the content of these documents is also presented. The elaborate review raised questions that attempt to articulate the evaluation analyses with the trends of present educational policies in Brazil, highlighting the challenge to construct quality indicators that can be set against current ones.

Key words: evaluation, procedures and criteria, evaluation and public policies, quality indicators.

Introdução

O propósito deste texto é apresentar uma retrospectiva de análises e propostas relativas à avaliação da Pós-Graduação, elaboradas no âmbito da área de educação, a partir dos anos 80. Não se tem a pretensão de realizar um levantamento exaustivo, mas acredita-se que as contribuições aqui retomadas são ilustrativas do debate ocorrido nesse período, uma vez que se originaram de iniciativa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, com participação direta dos coordenadores de programas de pós-graduação. Exceção deve ser feita à inclusão dos resultados de Seminário promovido pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE-USP, com participação dos programas das Universidades públicas paulistas. Os seus resultados são aqui mencionados por duas razões: representam a visão de programas que reúnem cerca de 35% dos pesquisadores da área no país (cf. consta no documento resultante do Seminário) e foram divulgados e reiterados na 21ª reunião da ANPEd, ocorrida após o evento.

Os documentos utilizados como fontes de informação estão indicados nas referências bibliográficas e o seu mapeamento é apresentado, neste texto, de modo sucinto, destacando-se os objetivos das iniciativas e críticas e propostas delas decorrentes. Assim, para os que se interessam por um aprofundamento na temática, é indispensável a consulta direta às fontes, pois seu conteúdo extrapola e aprofunda os aspectos aqui registrados.

Destacando alguns pontos para o debate

Desde 1976, a avaliação da pós-graduação vem sendo realizada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto. Esta avaliação, baseada em critérios gerais e específicos de cada área do conhecimento, elaborados por comissões de consultores, tem gerado um conjunto extenso de informações sobre os cursos de mestrado e doutorado no Brasil, que permite o delineamento de um retrato analítico da pós-graduação no Brasil bastante valioso. Penso que quanto a este reconhecimento não há divergências, embora existam proposições que visam ampliar a natureza das informações usualmente coletadas. No entanto, divergências mais evidentes aparecem quando passamos a falar de avaliação.

Avaliação extrapola o levantamento e sistematização de informações sobre as diversas áreas do conhecimento, produzidas a partir

de determinados indicadores. Implica em análise e julgamento dessas informações e em decisões e ações daí decorrentes. Ou seja, a questão que se coloca é quanto ao uso das informações, pois o que se tem evidenciado é que estas têm servido, de modo dominante, como parâmetro para a destinação de recursos financeiros a apoio institucional e bolsa de estudo.

Os questionamentos e implicações sobre a natureza das informações coletadas bem como quanto à sua utilização não são consensuais nas diferentes áreas de conhecimento, particularmente quando se contrapõe a área de educação às Ciências Exatas ou mesmo a outras áreas das Ciências Humanas. Portanto, tomo como referência para as considerações acerca da sistemática adotada pela CAPES as análises que se realizam no âmbito da área de educação. Esta delimitação é necessária pois uma análise mais abrangente precisaria dar conta das divergentes “leituras” que são produzidas sobre tal sistemática.

Na área de educação, não é recente a discussão, na comunidade científica, sobre a necessidade de aprimoramento ou mesmo redirecionamento da concepção que vem norteando a avaliação da pós-graduação, embora deva se reconhecer que a construção de propostas alternativas ou complementares à vigente é um processo que demanda o confronto de posições presentes no interior da própria área¹.

Destacam-se, dentre os debates ocorridos na área, nos anos 80, a iniciativa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1985, de solicitar a seus associados contribuições e sugestões sobre o assunto. Uma síntese de posições e propostas apresentadas pelos associados, à ocasião, é apresentada no *Quadro 01*.

Dentre as considerações feitas, evidenciou-se a importância de maior atenção em relação aos critérios utilizados, bem como a sua transparência. Nessa direção, foram destacados, à época, a necessidade de participação dos cursos de pós-graduação no estabelecimento de critérios de avaliação, bem como a pertinência do que se vinha privilegiando na avaliação da área de educação, remetendo à discussão da própria abordagem avaliativa privilegiada pela CAPES.

Com esta perspectiva, por iniciativa da ANPEd, foi organizada uma comissão de professores, que elaborou uma proposta alternativa/complementar de avaliação dos programas. Tendo como referência as críticas produzidas, foi delineada uma sistemática que visava

¹ É ilustrativa dessa afirmação a experiência de desenvolvimento do Projeto de Avaliação da Produção Discente dos Programas de Mestrado em Educação no Brasil, em 1979. Ver artigo de GOLDBERG, M. A. A., 1980, responsável pela coordenação do referido Projeto.

imprimir à avaliação um caráter democrático e educativo, como se pode observar no *Quadro 02*.

Essa sistemática, no entanto, não se concretizou, embora contemple uma concepção e procedimentos de avaliação que expressam possíveis respostas aos questionamentos ainda vigentes em relação à avaliação dos programas de Pós-Graduação. Além de não termos localizado registros que expliquem ou justifiquem a não continuidade do trabalho iniciado neste momento, observamos também que iniciativas mais abrangentes, que extrapolem programas específicos, só foram identificadas em reação aos resultados da avaliação divulgados em 1998. Entretanto, passados mais de 15 anos, penso que podemos afirmar que os desafios que se buscava enfrentar, naquele momento, são ainda pertinentes, não tendo sido superados no processo de avaliação.

Corroborando essa afirmação, vale lembrar a polêmica gerada em 1998, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação, quando da divulgação dos resultados da avaliação feita pela CAPES. Nesta ocasião também registra-se manifestação da ANPEd relativa ao processo de avaliação e seus resultados. Vejamos alguns comentários encaminhados pela ANPEd à CAPES, frente a avaliação realizada em 1998².

Quanto aos critérios adotados, foram elencados, dentre outros, os seguintes aspectos:

- a adoção de “um único modelo como padrão para julgar 46 programas com diferentes histórias, condições de implantação regional, determinantes institucionais e opções curriculares” revelou-se inadequada, privilegiando determinados tipos de programa; a valorização do que é chamado de “caráter inovador dos programas” tendeu a favorecer programas menores que “possuem maior agilidade para introduzir inovações em seus currículos e regimentos”;
- ausência de consideração, na avaliação, da “disponibilidade efetiva de recursos físicos e humanos que caracterizam uma adequada infraestrutura para a pesquisa nos programas”.

² Carta encaminhada pela ANPEd ao Presidente da CAPES, c/c para o Diretor de Avaliação, em 17 de agosto de 1998, em que é apresentada solicitação de revisão dos resultados da avaliação.

Além da menção aos critérios utilizados, a ANPEd registra, no mesmo documento, sua surpresa com os resultados da avaliação, solicitando uma revisão dos mesmos³.

É oportuno ainda mencionar recomendações feitas por representantes dos Programas de Pós-Graduação das universidades públicas paulistas, da ANPEd e da Associação Nacional de Pós-Graduandos, a partir da consideração do processo de avaliação, tal como conduzido pela CAPES. Elaboradas em Seminário realizado em 11 de setembro de 1998, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, reproduzidas parcialmente no *Quadro 03*⁴.

Dentre as recomendações apresentadas, destaco a referência feita ao papel e lugar que vem ocupando a avaliação, reveladores de seu poder de imprimir feições e prioridades aos programas de pós-graduação. Assistimos a uma inversão: ao invés de discutirmos e delineararmos uma política nacional de pós-graduação, estamos discutindo uma política nacional de avaliação, a qual determina o que é o perfil desejado da pós-graduação. Tal inversão, dentre outras conseqüências, tem gerado propostas de alteração em procedimentos de avaliação ou redefinição pontual de critérios utilizados, as quais muitas vezes vêm sendo absorvidas pela CAPES. No entanto, estas alterações não transformam substantivamente o modelo de avaliação adotado, pois não produzem resignificação dos propósitos da avaliação. Alteram-se meios e procedimentos e não se alteram os fins.

Esta e as outras contribuições oriundas deste evento foram divulgadas na 21ª Reunião Anual da ANPEd, tendo o tema "avaliação da pós-graduação" recebido grande destaque nos debates. Na ocasião, foi constituída uma Comissão para analisar o modelo de avaliação adotado pela CAPES e sugerir alternativas para modificá-lo. O documento elaborado por esta Comissão⁵, resumidamente apresentado no *Quadro 04*, apresenta considerações e propostas que abarcam, dentre outros aspectos: natureza da avaliação, com destaque ao seu caráter diagnóstico e processual; necessidade de flexibilização do modelo avaliativo, visando respeitar as especificidades dos programas; articulação entre a avaliação

³ Na referida carta há a sugestão de que os pedidos de recurso encaminhados pelos programas sejam acatados, bem como examinados por uma comissão que conte com pelo menos 50% de membros externos à comissão que originalmente procedeu a avaliação.

⁴ Documento elaborado com participação da ANPEd, ANPG, FEUSP, UNICAMP, UFSCar, UNESP-Marília, UNESP-Rio Claro, UNESP-Araraquara, IFUSP, set. 1988, ex. mimeo.

⁵ O documento elaborado pela Comissão consta da publicação *A avaliação da pós-graduação em debate*, ANPEd, set. de 1999, que reúne também textos relativos ao tema apresentados na 21ª Reunião Anual da ANPEd.

externa e a auto-avaliação; importância de uma matriz de indicadores claramente descrita.

No entanto, como já registrado anteriormente neste texto, essas indicações e propostas da Área de Educação parecem não ter força para alterar a lógica subjacente à abordagem avaliativa da CAPES, que não vem se alterando substantivamente. Ou melhor, as alterações que eventualmente vêm sendo feitas caminham no sentido de reiterar a perspectiva de avaliação vigente, não se observando redirecionamento no uso que se faz dos resultados obtidos.

Um indicador de tal afirmação é a incorporação do critério de “inserção internacional” dos programas, a partir de 1988, como condição para que estes possam almejar a classificação nos níveis mais altos da escala de pontuação adotada pela CAPES. No caso da área de educação, vale registrar qual foi a apreciação da CAPES quanto a este quesito, após a avaliação continuada do triênio 1998-2000. De posse dos resultados da avaliação produzidos pela Comissão de Avaliação da Área, emitidos após a avaliação continuada do triênio, o Conselho Técnico Científico da CAPES (CTC) alterou os conceitos de seis Programas de pós-graduação que receberam conceito final acima de 5, em uma escala de 0 a 7, sob a alegação de fragilidade da inserção internacional da área – “medida”, basicamente, pelo número de publicações divulgadas no exterior –, a qual se espera, ainda, seja homoganeamente distribuída entre os docentes⁶.

Para além de se indagar sobre a inconsistência técnica de se alterar o conceito final de apenas seis programas sem que nada tenha sido alterado em relação às demais classificações, tal procedimento provoca

⁶ Para melhor compreensão da apreciação do CTC reproduz-se aqui o parecer constante das Fichas de Avaliação do seis Programas que tiveram seus conceitos rebaixados: “A nota 5 deste programa foi atribuída pelo Conselho Técnico Científico da CAPES – CTC, em sua reunião homologatória dos resultados propostos pelos comitês de avaliação das respectivas áreas. Na homologação das notas foi considerada, como fundamental, a definição da nova escala de notas, aprovada em 1988 (Infocapes, vol.6, nº2, abril/junho 1998).

Na atribuição de notas 6 e 7, foi decisiva a necessária inserção internacional, através de:

- . demonstrações evidentes de que o corpo docente do programa avaliado desempenha, homoganeamente, papel de liderança e representatividade acadêmico-científica em sua respectiva área;
- . desempenho diferenciado no que diz respeito à inserção internacional de sua produção científica, artística, cultural ou tecnológica, de acordo com os parâmetros quantitativos definidos na grande área do conhecimento onde se insere o programa.

Assim sendo, no caso do programa avaliado a produção intelectual com inserção internacional, no triênio, não foi suficiente e/ou não se distribuiu homoganeamente entre os docentes, para a atribuição do grau seis ou sete.”

questionamentos quanto ao mérito dos padrões assumidos para o julgamento, como os que se seguem:

- A relevância do conhecimento produzido na área deve se pautar pelo possível interesse que este venha a despertar em outros países ou pelo seu potencial de contribuir para o enfrentamento dos desafios da educação e da sociedade brasileira?
- É viável a exigência de que a produção de um programa se distribua homogeneamente entre os docentes, considerando não só a natureza da produção individual mas a própria dinâmica de composição do corpo docente, que periodicamente incorpora novos professores dos quais não se espera desempenho equivalente aos mais experientes?

Estas indagações permitem ilustrar que o procedimento adotado pelo CTC/CAPES não só reitera os princípios do modelo avaliativo vigente, o qual há muito vem sendo questionado pela área de educação, mas o “fortalece”, agora com a necessidade de “produtividade internacional”.

Tal como vem sendo conduzida, cabe questionarmos sobre que poder vem exercendo a avaliação no sentido de provocar uma efetiva melhoria nos programas de pós-graduação, que não se traduza apenas em maior número de professores titulados, em maior número de publicações ou em maior número de alunos concluintes em um menor tempo, dentre outros indicadores que vêm sendo objeto de medida. Indicadores estes que, tendencialmente, vêm se impondo nas universidades, direcionando a organização e gestão do trabalho docente, sendo seu atendimento condicionante de obtenção de verbas pelo programa, apoio de agências de fomento ao desenvolvimento de pesquisas, bem como obtenção de bolsas por parte dos alunos.

Há que se buscar a constituição de um processo avaliativo que tenha como perspectiva a superação de critérios “formais”, direcionando-se a investigar a relevância social do que vem sendo produzido. Critérios que remetam a reflexão sobre qual tem sido o compromisso político-pedagógico dos programas de pós-graduação, no sentido de possibilitar uma articulação entre o conhecimento produzido e os reais problemas da sociedade.

Ter-se como alvo a construção de critérios significativos de avaliação da pós-graduação em educação no Brasil reveste-se de particular complexidade considerando-se as múltiplas configurações dos programas e, ainda, a própria pluralidade da instituição universitária. No entanto, um processo avaliativo pode tomar como um de seus pressupostos contemplar

tal diversidade e como uma de suas finalidades contribuir para que os diversos programas venham a se comprometer com as questões emergentes na sociedade brasileira.

Daí ser necessário o redirecionamento do processo tal como vem sendo conduzido, visando imprimir-lhe credibilidade, alterando-se a tendência de considerá-la “uma obrigação imposta de fora, por quem tem poder de vigiar e punir e não como necessidade sentida de dentro por quem tem poder para construir e modificar a própria história” (Azevedo, 1985, p.16)

Entendendo ser de fundamental importância que a avaliação venha a integrar o projeto educacional, como processo possibilitador de compreensão e reflexão de um dado contexto e como movimento capaz de realizar transformações, tendo em vista a crescente qualidade e relevância do ensino e pesquisa universitários, a auto-avaliação configura-se como significativa prática a ser fortalecida, articulando-se com a análise gerada nas instâncias externas à instituição.

Nessa direção, vale lembrar que, dentre as recomendações apresentadas pelo grupo internacional, convidado pela CAPES para proceder a uma apreciação do sistema de avaliação por ela utilizado, identificam-se sugestões direcionadas para a necessidade de criação de critérios bem definidos, que contemplassem as especificidades das áreas de conhecimento e dos programas; a realização de visitas *in loco* como complementares aos dados registrados em relatórios; complementação dos dados factuais e estatísticos com informações mais qualitativas; auto-avaliação como integrante do processo de avaliação; consideração, na avaliação, do contexto de apoio dos programas, ou seja, infra-estrutura, fundos de pesquisa e suporte técnico disponíveis⁷.

Indicações finais

No momento, estamos diante de nova iniciativa da área da educação: o EDUFORUM constituiu um grupo gestor responsável pela tarefa de apresentação de proposta de novo modelo avaliativo⁸.

⁷ Estas e outras recomendações não citadas constam do documento “*Avaliação internacional da CAPES*”, junho de 1997.

⁸ Conforme “Proposta de Elaboração de Modelo Alternativo de Avaliação da Pós-graduação Nacional”, elaborada pelo EDUFORUM em outubro de 2001, que tem como grupo gestor os professores Antonio J. Severino, Clarilza Prado de Sousa e Osmar Fávero.

Na tentativa de contribuir para o debate, registro algumas indagações que me foram suscitadas ao elaborar esta revisão de contribuições elaboradas, a partir dos anos 80, no que se refere à avaliação da Pós-Graduação:

- Temos já um acúmulo de críticas em relação aos procedimentos vigentes, consensuais entre os programas da área da educação. Para além de críticas, há propostas já delineadas, capazes de responder, em grande parte, às limitações do modelo vigente, que há muito vêm sendo denunciadas. Será que a tarefa principal do EDUFORUM é elaborar um novo modelo ou o desafio é de outra natureza? Como encaminhar um confronto político e ideológico com a CAPES?
- O confronto é com a CAPES? Ou o modelo CAPES expressa de modo consistente e eficiente uma lógica de gestão da educação assumida pelo executivo federal? A partir dos anos 90, a avaliação vem se constituindo em um dos elementos estruturantes das políticas educacionais em curso no país, em todos os níveis de ensino, como expressão de um movimento mais amplo de redefinição do papel do Estado. Do modo como vem sendo tendencialmente conduzida tem servido para estimular a competição entre as instituições educacionais e no interior delas, refletindo-se na sua forma de gestão e no currículo. O pressuposto é: avaliação gera competição, competição gera qualidade, estando subjacente a aceitação das desigualdades no interior dos sistemas educacionais. Daí fazer sentido os resultados da avaliação serem expressos em classificações, sendo estes utilizados com o fim de premiar ou punir. Nesse contexto é que coloco a questão: o confronto é com a CAPES ou com os princípios que estão norteando as políticas educacionais no país?
- É possível ter-se como perspectiva a elaboração de modelo alternativo de avaliação da pós-graduação sem romper com critérios que valorizam essencialmente a produção individual de docentes? Ou ainda, a qualidade de um Programa é resultante da somatória da produção individual dos docentes? Como considerar as ações de docentes e discentes que se voltam para a construção de um clima e condições de trabalho que sejam favoráveis à produção de conhecimento pelo coletivo? Por exemplo, se por um lado reconhecemos que o envolvimento institucional de docentes é um fator que tende a ser importante na melhoria das propostas e ações do programas, por outro,

este envolvimento tem significado uma intensificação de trabalho para alguns, sendo caracterizado como um ônus, pois exige tempo e dedicação mas, no entanto, seus resultados “não contam ponto” na avaliação. O que se quer destacar, neste caso, é que os padrões avaliativos vigentes tendem a afastar o docente do convívio institucional e, portanto, ficam reduzidas as possibilidades e perspectivas de construção coletiva de propostas e práticas comprometidas com o aprimoramento do Programa. Melhoria da qualidade do Programa se traduz por aumento da produtividade individual? Considerações da mesma natureza podem explicar a dificuldade usualmente constatada de participação dos alunos em instâncias institucionais de representação discente. Tal participação, nos critérios vigentes, pode representar desperdício de um tempo precioso de elaboração da dissertação ou tese, tempo este que é cada vez mais reduzido. No limite, essas considerações apontam o desafio de delinear novos indicadores de qualidade, aspecto pouco contemplado nos debates até então ocorridos na área de educação.

- Na busca de uma nova proposta de avaliação não deveria ter-se como prioritário o debate sobre o uso dos resultados da avaliação? Para quem é feita a avaliação? Para quem deveria servir a avaliação? Quem são e quem deveriam ser os usuários da avaliação? Talvez o “novo” possa ser delineado a partir dessas questões, que remetem a alterações do modelo que estamos discutindo, em sua essência.

As indagações aqui registradas caracterizam um início de debate, assim, certamente, elas próprias precisam ser reconhecidas como relevantes e válidas pelos que hoje estão comprometidos com a construção de novos princípios de formulação e implementação da pós-graduação no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, Peter (org.), *Reforma do estado e administração pública gerencial*. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

AFONSO, Almerindo J. *Políticas Educativas e Avaliação Educacional: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995)*. Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 1998.

AMORIM, Antonio; SOUSA, Sandra M. Z. L. Avaliação institucional da universidade brasileira: questões polarizadoras. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, n.10, p.123-136, jul./dez. 1994.

ANPEd. *A avaliação da pós-graduação em debate*. São Paulo, setembro de 1999.

AZEVEDO, Maria Amélia. Avaliação de programas de pós-graduação: obrigação ou necessidade? In: *Boletim ANPEd*, vol.7, n.5-6, p.16, 1985.

Boletim ANPEd, v.7, n.5-6, out./dez. de 1985.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. DOU, 23/12/96.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Ed.34, Brasília: ENAP, 1988.

CAPES. *Perfil da Pós-Graduação: avaliação internacional*, junho de 1997.

FEUSP – Relatório do Seminário *A Pós-Graduação em educação e a avaliação da CAPES*, São Paulo, set. 1988. (mimeo)

GOLDBERG, Maria Amélia A. A avaliação pode ser uma arma? *Educação e Avaliação*. São Paulo, n.1, p.23-47, jul. 1980.

SAUL, Ana Maria; LÜDKE, Menga. *Testagem piloto da sistemática de avaliação dos cursos de pós-graduação em educação, proposta pela ANPEd: projeto de pesquisa*. Rio de Janeiro, novembro de 1987. (mimeo)

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, D.A. (org.) *Gestão democrática da educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação e políticas educacionais: iniciativas em curso no Brasil. In: HIDALGO, M. A.; SILVA I. L. F. (org.) *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná*. Londrina: Ed. UEL, 2.001.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliar para mudar. Seminário Ensino Superior em Saúde: um olhar para o futuro. *Anais do...* Rio de Janeiro: NUPES/UFRJ, 1995.

QUADRO 2					
ANO	INICIATIVA	OBJETIVOS	SÍNTESE DAS CRÍTICAS/PROPOSTAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	ASPECTOS POSITIVOS DA AVALIAÇÃO CAPES
1986 1987	ANPEd Em junho de 1986, constitui Comissão para estudar processo de avaliação CAPES e propor sugestões para sua melhoria. Integrantes: Ana Maria Saul (PUC/SP), Ozir Tesser (UFCE), Menga Lüdke (PUC/RJ) e UFF), Nicolau Palhares (UFMT)	" . Testar uma nova sistemática de avaliação dos cursos de Pós-Graduação em Educação; . Revisar a proposta alternativa de avaliação dos cursos de Pós-Graduação em educação frente aos resultados oriundos da testagem da sistemática; . Oferecer aos cursos de Pós-Graduação em educação e à CAPES uma proposta de avaliação de Pós-Graduação que contemple as dimensões de auto-avaliação e avaliação externa."	Críticas: . análise, à distância, dos dados dos relatórios de cada programa, pela Comissão de Avaliação da CAPES, não dá conta da realidade dos Programas; . desproporção entre dados quantitativos e qualitativos . predomínio de indicadores quantitativos; . valorização dos produtos em detrimento dos processos; . informações complementares aos itens do relatório CAPES, a maior parte de natureza qualitativa, são pouco consideradas ou até ignoradas no julgamento e classificação final dos Programas; . dificuldade em traduzir em um relatório informações de natureza complexa; . classificação hierárquica e o uso que se faz dos conceitos: destinação de bolsa e de recursos financeiros ("penalização dos penalizados"); . indução a um padrão de Universidade e de Pós-Graduação. Proposta aprovada na X Reunião Anual da ANPEd (maio de 1987) Princípios da avaliação: - processo democrático; - proposta pedagógica formativa; - avaliação intrínseca do Programa deve ser o ponto de partida da avaliação extrínseca. Fases: 1. auto-avaliação; 2. avaliação por pares: avaliadores visitantes de outros Programas; 3. confronto com avaliações feitas em relação a outros Programas congêneres: avaliação interprogramas; 4. avaliação por comissão CAPES.	Na X Reunião Anual da ANPEd foi atribuída à Comissão de estudo da avaliação alternativa em alguns Programas (estudos pilotos). A comissão elaborou projeto de pesquisa, detalhando as condições para testagem da proposta. São registrados no Projeto critérios de avaliação que contemplam a contextualização do Programa, impactos científicos e sociais e perspectivas.	Em relação à eleição dos membros da comissão avaliadora pela comunidade acadêmica. e evolução

QUADRO 3

ANO	INICIATIVA	OBJETIVOS	SÍNTESE DAS CRÍTICAS/PROPOSTAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	ASPECTOS POSITIVOS DA AVALIAÇÃO CAPES
1998 (11 de setembro)	FEUSP Realização do Seminário "A Pós-Graduação em Educação e a Avaliação da CAPES", com participação dos Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades públicas paulistas	"Discutir a avaliação dos programas de pós-graduação em educação." (...) "podendo conduzir a proposições de mudanças no sistema."	<p>Recomendações:</p> <p>"R1. Uma política nacional de desenvolvimento da pós-graduação não pode ser decorrência de uma política nacional de avaliação como pretende a CAPES. A primeira, de caráter meramente indicativo, não pode exceder os limites estabelecidos pela ideia de autonomia universitária presente na Constituição Federal e na LDB; a segunda, deve ser um esforço de acompanhamento e avaliação da eficiência com que cada universidade busca realizar seus projetos e programas."</p> <p>"R2. O princípio que deve reger o processo de avaliação dos programas de pós-graduação é o da democratização da informação. Os critérios e indicadores da avaliação devem ser debatidos publicamente com a comunidade acadêmica."</p> <p>"R3. É preciso estabelecer mecanismos que garantam a institucionalização e a representatividade acadêmica da Comissão de Avaliação de cada área."</p> <p>"R4. A avaliação não pode ser classificatória, punitiva e excludente. Deve ter um caráter formativo, visando à melhoria dos programas."</p> <p>"R5. O processo avaliativo deve estimular a articulação entre a graduação e a pós-graduação."</p>	<p>As recomendações aprovadas pela plenária foram encaminhadas à CAPES, ao Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da ANPEd e à Associação Nacional de Pós-Graduandos.</p>	

QUADRO 4					
ANO	INICIATIVA	OBJETIVOS	SÍNTESE DAS CRÍTICAS/PROPOSTAS		
			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
			ASPECTOS POSITIVOS DA AVALIAÇÃO CAPES		
1998 1999	Na 21ª Reunião Anual da ANPED (set./98) foi composta uma Comissão para analisar o modelo de avaliação CA-PES e sugerir alternativas para sua modificação. Integrantes: Bernardete Gatti, Osmar Fávero, Vera Candau e Marli André.	Coube à Comissão: "a) analisar o modelo utilizado na última avaliação; b) sugerir alternativas, tendo em vista a situação atual; c) estabelecer um cronograma de discussão que, passando pelos programas, culmine na 22ª reunião Anual."	Foram apresentadas considerações em relação aos seguintes pontos: Natureza da avaliação: "se a avaliação se define como diagnóstica, deveria ser evitado o caráter punitivo e reforçado seu aspecto educativo". Flexibilização do modelo: "o modelo é bastante homogêneo e tende a uma padronização dos programas" (...) necessidade de se respeitar as especificidades dos programas, estes têm histórias e trajetórias diferentes entre si. Componentes da avaliação: o modelo enfatiza a avaliação externa e valoriza os produtos (...) necessário valorizar-se a auto-avaliação, avaliar-se o processo educativo e o impacto social de um programa. Escala adotada: "os conceitos são o que vêm a público, adquirindo vida própria" (...), a validade da escala e os "critérios de sua correta utilização merecem maior atenção..." (...), utilização da mesma escala para programas; Relação mestrado e doutorado: necessidade de definir suas finalidades e especificidades na área da educação. Relação pós-graduação/graduação: dar relevância às atividades que evidenciem articulação graduação/pós-graduação. Infra-estrutura: considerar os recursos disponíveis e sua utilização. Indicadores da produção científica: necessário melhor especificação e diferenciação entre os diversos tipos de produção. Nível internacional dos programas, sugerindo-se atividades a serem valorizadas, considerando a natureza da área. Especificidades da área de educação: nas universidades públicas/aposentadoria de professores; renovação de corpo docente; diversidade de funções assumidas. Para um outro modelo de avaliação: necessidade de se refletir com maior profundidade sobre os fundamentos políticos do modelo atualmente vigente, seus objetivos e impactos.	A Diretoria da ANPED coordenou o processo de discussão, pelos programas, do documento preliminar produzido pela Comissão, estimulando o envio de contribuições e sugestões para elaboração da versão final, concluída e divulgada em 1999. O documento "A avaliação da pós-graduação em debate", 1999, contém além do documento básico elaborado pela Comissão, um texto de Osmar Fávero, "Reavaliando as avaliações da CAPES" e outro de Bernardete A. Gatti, "Mestrados e doutorados: questões de avaliação e políticas de ação".	